



OS EMBATES DOUTRINAIS DE BOSSUET A RESPEITO DA LIBERDADE, AUTORIDADE E SUBMISSÃO

Maria Izabel B. Morais Oliveira*

Universidade de Brasília

izabarboza@ig.com.br

RESUMO: Na concepção de Bossuet, a liberdade de expressão, própria do protestantismo, leva à insubmissão dos súditos em relação à autoridade do príncipe. Sendo assim, ele critica o protestantismo ao mesmo tempo em que defende a religião católica. Em seu entendimento, a religião católica é a base do poder real; o elemento que torna os súditos submissos às leis da Igreja assim como às leis do Estado. A religião católica é o meio mais eficiente que os reis possuem para se fazer obedecer.

PALAVRAS-CHAVE: Liberdade/Autoridade/Submissão – Poder Real – França – Segunda Metade do Século XVII

ABSTRACT: In the conception of Bossuet, the expression of freedom, own of the Protestantism, takes to the subject of non-submission in relation to/ regarding the authority of the prince. He understands and criticizes the Protestantism at the same time that defends the Catholic religion. In his understanding, the Catholic religion is the base on the Real power; the element that turns the submissive subject to the laws of the Church as well as to the laws of the State. The Catholic religion is the most efficient way that the kings possess for the population to obey.

KEYWORD: Freedom/Authority/Submission – Real Power – France – Second Half of the XVII Century

A liberdade de expressão, um dos elementos do protestantismo, é severamente criticada por Bossuet, em sua *Oraison funèbre de Henriette-Marie de France, reine de la Grand-Bretagne*, pronunciada em 1669. Na concepção da *Água de Meaux*, a religião católica é a base do poder real; o elemento que torna os súditos submissos às leis da

* Mestre em História Social na Universidade Federal Fluminense e Doutoranda em História Cultural na Universidade de Brasília. A autora tem publicado os seguintes trabalhos:

Resenha: OLIVEIRA, Maria Izabel B. de Morais. Os intelectuais à prova da interpretação: ações, discursos, linguagem. **Revista Comunicação e Política**. CEBELA – Centro brasileiro de estudos latino-americanos, Rio de Janeiro, v. IX, n. 3, nova série, p. 245-249, set.-dez. 2002. Fragmentos desta resenha foram publicados no jornal Paraná Educação, em 09 de agosto de 2002, p. 14. Artigos: _____. História Intelectual e Teoria Política: confluências, In: LOPES, Marcos A. (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 60-71; _____. Bossuet: um capítulo da história intelectual. **Revista Temas & Matizes**, (Reinos da História), Cascavel, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, n. 4, p. 17-25, set. 2003; _____. Louvores aos príncipes. As Orações Fúnebres de Bossuet. **Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v.9, n. 1, p. 135-146, 2004.

Igreja, assim como às leis do Estado. A religião católica é o meio mais eficiente que os reis possuem para se fazer obedecer. Ao violar a autoridade da religião, os reis destroem a única força que pode conter os povos. Agindo assim, eles tornam violável a sua própria autoridade.

Na *Oraison funèbre de Henriette-Marie de France*, Bossuet busca vários meios para reforçar os seus argumentos de que os reis devem amar e defender a Igreja católica, combatendo o protestantismo. Mas, afinal, qual é a grande preocupação do autor em chamar tanto a atenção dos reis para esta questão? O que levou os mercianos, dinamarqueses e saxões a cometer atos tão bárbaros e violentos contra Carlos I, segundo Bossuet, foi o fato de terem sujeitado “ao julgo a própria fé e a própria consciência”. As “falsas religiões” é que deixam os súditos insubmissos, e os levam a violar a ordem. Contra esses inimigos, a rainha, apesar de toda a sua coragem e obstinação, não pôde derrotá-los. Bossuet demonstra como o “[...] desprezo da religião antiga e o da autoridade da Igreja são capazes de incitar os homens”.¹

A origem desse “mal”, conforme Bossuet, se encontra na Reforma, ou melhor, no Cisma, pois foi a partir deste acontecimento que se rompeu a unidade que a Igreja católica possuía até então. Os reformadores violaram as leis sagradas da Igreja católica. Ao permitirem que cada fiel pudesse interpretar a Bíblia à sua maneira, os reformadores desencadearam uma desordem espiritual. E com isto, os fiéis começaram a achar que os seus erros eram de inspiração divina.²

Para Bossuet, todas as calamidades que ocorreram na Inglaterra eram conseqüências da Revolução Inglesa, a qual não se originavam do temperamento de Carlos I, nem da característica da nação inglesa, mas sim do espírito de livre exame que desembocou na anarquia. Bossuet atribuiu a origem e o desenvolvimento da Revolução Inglesa unicamente ao espírito de livre exame decorrente da Reforma. O que pode se mostrar à primeira vista estreiteza de horizontes torna-se compreensível à medida que levamos em consideração que “[...] sobre mais de um ponto, Bossuet sentiu e julgou

¹ BOSSUET, Jacques-Bénigne. *Oraison funèbre de Henriette-Marie de France, reine de la Grande-Bretagne*. In: _____. **Oraisons funèbres de Bossuet**. Paris: Librairie de Firmin Didot Frère, 1874, p. 18-19.

² *Ibid.*, p. 49.

com os olhos e o coração da França realista e ortodoxa de seu tempo. E é nisto que implica sua atitude”.³

A julgar pela perplexidade do autor diante destas calamidades, o tempo da Reforma, e aquele que se seguiu a ela, foi a nova era do Bezerro de Ouro. Seria necessário reintroduzir Moisés no mundo, para tentar refundar a ordem. E porque não assumir esta missão civilizadora em nome do Deus e da verdadeira religião, ele que tinha a autoridade de seu cargo para falar com toda a autoridade de um novo profeta?⁴

Assim, a partir do discurso de Bossuet, compreende-se que a guerra civil na Inglaterra, no século XVII, deveu-se ao protestantismo, que teve sua origem na Reforma. É por isso que ele o combateu com tanto esforço. Aparece, portanto, a contradição de idéia da Reforma como um dos fenômenos de ordem ideológica que colaborou para com a centralização monárquica. É possível afirmar que, no curto prazo, a Reforma colaborou com o absolutismo, pois levou ao fortalecimento das monarquias nacionais; mas que, no longo prazo, representou uma grande ameaça a ele, devido à sua defesa da liberdade. Cavalcanti, ao analisar a relação entre o cristianismo e a política, percebe que o protestantismo que eventualmente serviu para justificar o absolutismo “como forma de superar o sistema medieval”, rapidamente passou a criticá-lo, “[...] concorrendo para o estabelecimento não só das nacionalidades, mas do exercício da liberdade”.⁵

Em sua crítica à Reforma e aos protestantes, Bossuet tomou o pastor Paul Ferry como seu primeiro interlocutor. Em 1655, treze anos antes do pronunciamento da *Oraison funèbre de Henriette-Marie*, Bossuet escreveu a sua *Réfutation* como um combate ao *Catéchisme* escrito um ano antes pelo pastor. Nesta obra, Paul Ferry revelava-se um grande defensor da Reforma. Segundo Gaquère, desde a sua *Réfutation* ao *Catéchisme* de Paul Ferry, “[...] o jovem doutor e teólogo aparecia como o principal defensor da doutrina católica contra a heresia”.⁶

Quando Bossuet afirma que os protestantes estavam “apresentando as suas quimeras como coisa inspirada”, revela a sua preocupação com o fato dos protestantes

³ CHARBONNEL, J.-Roger. (Org.). Bossuet et son temps. In: BOSSUET, Jacques-Bénigne. *Oraisons funèbres et sermons*. Paris: Classiques Larousse, 1942, p. 27.

⁴ A respeito da comparação de Bossuet a Moisés, ver SAINTE-BEUVE. (Org.). Bossuet. In: _____. *Les grands écrivains français*. Paris: Librairie Garnier Frères, 1928, p. 25-26.

⁵ CAVALCANTI, Robinson. *Cristianismo & política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vinde, 1988, p. 121.

⁶ GAQUÈRE, François. *Le dialogue irénique Bossuet – Paul Ferry à Metz (1652 – 1669)*. Paris: Beauchesne, 1967, p. 32.

acharem que era Deus quem os inspirava a se rebelar e a resistir às perseguições dos monarcas católicos às suas seitas. Então, quais seriam, para Bossuet, as conseqüências do protestantismo? Segundo ele próprio afirma, os reis sofreram as conseqüências por terem aderido e inculcado na mentalidade de seus súditos “que se podia mudar a antiga religião”. Qual seria, em seu entendimento, a relação de tais conseqüências com o enfraquecimento da monarquia absolutista? Conforme salienta Bossuet, em conseqüência, os reis perderam o respeito e a autoridade diante de seus súditos, pois estes começaram a questionar e a não aceitar a autoridade deles: “Se, na Inglaterra, nada a conteve, e se a sua malícia mostrou-se sem reserva, os reis sofreram as conseqüências; mas os reis foram os culpados. Fizeram compreender ao povo que se podia mudar a antiga religião”.⁷ A unidade religiosa está tão inter-relacionada à unidade política, segundo Bossuet, que no momento em que os súditos se sentem em liberdade para questionar as leis da Igreja, esta liberdade chega a tal ponto conduzindo-os a questionar, também, as leis do Estado.

Bossuet afirma que o protestantismo não tem o mesmo efeito em todos os lugares, pois onde a religião católica é mais forte e onde os reis a defendem com mais obstinação, ele não consegue se expandir. Nesse momento, Bossuet está pretendendo demonstrar aos governantes franceses que, como filhos diletos de Deus, devem usar de todas as suas forças no combate ao protestantismo. Como ele mesmo se pronuncia,

Tais, e ainda mais perniciosos [...] são os efeitos naturais desta nova doutrina. Mas [...] este espírito de insubordinação e independência, ainda que espalhado em todas as heresias destes últimos séculos, não produziu universalmente os mesmos efeitos. Encontrou diversos limites, segundo o temor, os interesses, o caráter dos indivíduos e das nações, ou segundo o poder divino que, quando lhe agrada, põe termos imprevistos às mais indomáveis paixões humanas.⁸

Mas qual é o aspecto da doutrina protestante que realmente lhe causa inquietação, constituindo-se numa ameaça ao absolutismo? Certamente é a liberdade de interpretação das verdades canônicas do catolicismo, o aspecto que mais preocupa Bossuet.⁹ Na segunda metade do século XVII, com Luís XIV no poder, a doutrina do direito divino dos reis alcançou o seu ápice. Porém, foi neste período também,

⁷ BOSSUET, Jacques-Bénigne. Oraison funèbre de Henriette-Marie de France, reine de la Grande-Bretagne. In: _____. **Oraisons funèbres de Bossuet**. Paris: Librairie de Firmin Didot Frère, 1874, p. 50.

⁸ Ibid., p. 49-50.

⁹ Ibid., p. 18-19.

sobretudo no final de seu reinado, que as críticas ao absolutismo monárquico foram mais contundentes.¹⁰

Os libertinos do século XVII defendiam o espírito crítico que tinha sido almejado pelos reformadores do século anterior. Como constata Henri Sée, em *Les idées politiques en France au XVII siècle*, discípulos de Epicuro ou de Montaigne, os libertinos eram céticos; defendiam a liberdade de pensamento, “[...] a causa da independência intelectual, da crítica científica”.¹¹ Como Descartes, submetiam as causas religiosas à razão. No século XVII, o movimento dos libertinos, que reivindicava a liberdade de pensamento, alcançou notável progresso.¹²

Diversos pensadores criticaram o regime de Luís XIV na segunda metade do século XVII. Entre eles estavam Jurieu, Fénelon, Saint-Simon, Boulainvillier e Pierre Bayle,¹³ espécie de reencarnação francesa de Maquiavel, ao mesmo tempo que uma antecipação de Voltaire, como lembra Paul Hazard em seu *Crise da consciência europeia*. Nesta onda de defesa da liberdade de pensamento, Bossuet posicionou-se como um conservador, criticando todas as tendências renovadoras das idéias em seu tempo. Afinal, no século XVII, o movimento intelectual dos libertinos apresentou forte oposição e ameaça às monarquias absolutistas. Assim é que, por aderência natural, os libertinos estavam entre os interlocutores de Bossuet, ou melhor, em sua linha de tiro.

Conforme observa Sainte-Beuve, Bossuet “[...] detestava a novidade, a inquietude e a mudança; em uma palavra, é o mais magnífico e o mais soberano órgão e intérprete do que é instituído primordialmente e estabelecido”.¹⁴ Bossuet criticou a Reforma por ser uma inovação religiosa. Em sua *Histoire des variations des Églises protestants*, Bossuet afirma que “[...] as variações são o estigma do terror e o imobilismo o sinal da verdade...”.¹⁵

¹⁰ Segundo Henri Sée, “[...] a história das idéias políticas no século XVII oferece um interesse notável. É nesta época que a doutrina absolutista chega ao seu apogeu, encontra sua forma definitiva, quando a monarquia de Luís XIV, de fato, torna-se onipotente; é a época também em que os males causados pela política do Grande-Rei acarretam uma reação contra esta doutrina; a partir do fim do século apareceram as críticas, o desejo de reformas...”. SÉE, Henri. **Idées politiques en France au XVII siècle**. Paris: Marcel Giard Libraire-Éditeur, 1923, p. 7.

¹¹ Ibid., p. 339.

¹² Cf. Ibid., p. 339-341; 350.

¹³ Cf. Ibid., p. 359-362.

¹⁴ SAINTE-BEUVE. (Org.). Bossuet. In: _____. **Les grands écrivains français**. Paris: Librairie Garnier Frères, 1928, p. 112.

¹⁵ Cf. TOUCHARD, Jean. **História das idéias políticas**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970, p. 131. v. 3. De acordo com Touchard, Bossuet defende nesta obra que, “tudo aquilo que varia, tudo o que se sobrecarrega de termos duvidosos e ocultos, sempre se tornou suspeito e não só fraudulento,

A respeito do anglicanismo – a religião oficial da Inglaterra – e de suas conseqüências, Bossuet formulou um julgamento que hoje nos parece estreito e sistemático.¹⁶ Apesar dos limites de seus horizontes, Bossuet foi sincero e leal à suas idéias. Segundo Nisard, em *Histoire de la littérature française*, de 1859, “Bossuet se enganou quando acreditou ser o protestantismo incompatível com as grandes sociedades regradas e prósperas. [...] A deficiência dos maiores espíritos é de desejarem ser profetas”.¹⁷

Todas as formas de atividades humanas que não conduzem a Deus foram condenadas por Bossuet. Nos últimos anos de sua vida, para defender suas idéias contra os adversários, ele se engajou em várias polêmicas. Em suas *Maximes et réflexions sur la comédie*, de 1694, ele baniu o teatro,¹⁸ como também a poesia e a filosofia em seu *Traité de la concupiscence*, de 1694;¹⁹ em sua *Défense de la tradition et des Saints Pères* perseguiu os novos críticos da Bíblia, encarnados na pessoa de Richard Simon;²⁰ em sua *Instruction sur les états d’oraison*, de 1697, e *Relation sur le quietisme*, de 1698, manteve uma encarniçada perseguição ao quietismo, na pessoa de Fénelon.

Bossuet defendia suas idéias com tanto ímpeto que muitas vezes chegava a ser ríspido. Em sua consciência, a sua função era proteger a verdade. Nos seus últimos anos, principalmente, ele chegava a confundir sua causa com a causa da doutrina; daí o seu alto grau de exaltação e até de cólera.²¹ Em seu duelo teológico com Fénelon, Bossuet refutou as idéias de seu adversário com extremo vigor. Nesta disputa, Bossuet fez o seu trabalho de doutor em teologia, no qual assumiu o seu papel de “[...] guardião incorruptível da verdade”.²²

Nos últimos anos de sua vida, uma grande preocupação tomou conta de Bossuet. Ele percebia que a grandeza da França era ilusória e que a sociedade francesa

mas ainda absolutamente falso, porque é sintoma de uma dificuldade que a verdade não conhece”. BOSSUET apud TOUCHARD, Jean. **História das idéias políticas**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970, p. 131. v. 3.

¹⁶ Cf. CHARBONNEL, J.-Roger. (Org.). Bossuet et son temps. In: BOSSUET, Jacques-Bénigne. **Oraisons funèbres et sermons**. Paris: Classiques Larousse, 1942, p. 27-28.

¹⁷ NISARD, 1859 apud Ibid., p. 97.

¹⁸ Cf. CALVET, J. Le XVII siècle. La littérature classique. In: _____. **Manuel illustré d’histoire de la littérature française**. Vingtième édition. Paris: J. de Gigord Éditeur, 1952, p. 289-290; 304.

¹⁹ Cf. LAVISSE, Ernest. Les Lettres. In: _____. **Histoire de France illustrée**. Depuis les origines jusqu’à la Révolution. Paris: Librairie Hachette, [s.d], p. 111. Livro II.

²⁰ Cf. SAINTE-BEUVE. (Org.). Bossuet. In: _____. **Les grands écrivains français**. Paris: Librairie Garnier Frères, 1928, p. 89-90.

²¹ Cf. CALVET, 1952, op. cit., p. 295.

²² SAINTE-BEUVE, 1928, op. cit., p. 69. Ver: DUSSALT. Jugements sur Bossuet. In: BOSSUET, Jacques-Bénigne. **Oraisons funèbres de Bossuet**. Paris: Librairie de Firmin Didot Frère, 1874, p. 11.

estava se desagregando. As grandes tarefas em que ele se empenhou fracassaram ou foram novamente colocadas em xeque. Como nos afirma Calvet, “[...] os libertinos, que ele acreditou reduzir ao silêncio, são mais numerosos que nunca e eles têm a pretensão nova de apoiar sua incredulidade sobre a ciência”.²³

Em meio a essas discussões penosas, sentindo que sua morte estava muito próxima, sem abandonar a polêmica, Bossuet passou a se dedicar mais à poesia que nele estava contida até este momento. Essa poesia se difundia em suas cartas de direção, como também em suas obras de piedade, entre elas as *Meditations sur l’Evangile*, de 1695, as *Elevations sur les mystères*, do mesmo ano, e a *Preparation à la mort*.²⁴

Como vimos, Bossuet não admitia nem tolerava a dúvida, a inquietude e a busca de novas verdades. A qualquer sinal destas tendências ao seu redor, sua impaciência era tanta que imediatamente todo o seu raciocínio e sua doutrina se prontificavam para a “guerra”, como um exército pronto para a batalha.²⁵ Neste sentido, Bossuet conquistou a antipatia de todos aqueles que carregavam consigo o desejo de mudança. Segundo Sainte-Beuve,



Havia muitas coisas que ele não gostava, que ele não entendia ou [...] as quais ele não queria entender. Os espíritos curiosos e livres [...] são inclinados a não gostar de Bossuet, eles têm suas razões por esta antipatia. [...] Os filósofos [...], os amadores de idéias novas [...] não perdoam em Bossuet sua imobilidade estável e imperiosa, seu *veto* contra tudo o que se tentava fazer, seja ao cristianismo, seja ao espírito filosófico.²⁶

Oriundo de uma família de magistrados ligados à corte e fiéis às tradições galicanas, Bossuet sempre se prontificou “[...] a exaltar a antiguidade e a missão da casa de França”.²⁷ Tratava com severidade qualquer espécie de rebelião. Ele acreditou na monarquia de direito divino e a defendeu com ardor, expondo sua doutrina justificadora

²³ CALVET, J. Le XVII siècle. La littérature classique. In: _____. **Manuel illustré d’histoire de la littérature française**. Vingtième édition. Paris: J. de Gigord Éditeur, 1952, p. 294.

²⁴ Ibid., p. 295.

²⁵ Cf. SAINTE-BEUVE. (Org.). Bossuet. In: _____. **Les grands écrivains français**. Paris: Librairie Garnier Frères, 1928, p. 101.

²⁶ Ibid., p. 101-103. A este respeito, Lavissee é ainda mais duro em seu julgamento sobre Bossuet. Para Lavissee, “Ele é um pregador da imobilidade. Ele vê bem que o espírito continua a mover-se, [...]. As conseqüências certas do protestantismo e da filosofia cartesiana lhe são odiosas. Ele detesta todo o futuro. Ele nos amaldiçoa por avanço. Por isto nos é estranho e distante. Ele não tem nada a nos ensinar, ele que nada inventou e não quis que se inventasse nada. Bossuet não está de forma alguma na circulação dos espíritos”. LAVISSEE, Ernest. Les Lettres. In: _____. **Histoire de France illustrée**. Depuis les origines jusqu’à la Révolution. Paris: Librairie Hachette, [s.d], p. 111. Livro II.

²⁷ CHARBONNEL, J.-Roger. (Org.). Bossuet et son temps. In: BOSSUET, Jacques-Bénigne. **Oraisons funèbres et sermons**. Paris: Classiques Larousse, 1942, p. 27.

na *Politique*. Ele teve grande preocupação em mostrar quais eram os deveres dos reis, dando-lhes conselhos e advertindo-os. Bossuet, antes de tudo, foi um “teólogo tradicionalista, nutrido da escolástica, familiarizado com os Padres e com os grandes apologistas”, particularmente com Santo Agostinho.²⁸ Ele desconfiava da “curiosidade”, do “desejo ardente de inovar”, das causas sem mérito que levam à heresia.²⁹ Como defensor do dogma e guardião da verdade, ele se manteve distante da indulgência casuística e da austeridade jansenista. Reagiu com severidade contra o ousado misticismo de Fénelon. Foi com grande contentamento que aplaudiu a revogação do Edito de Nantes, em 1685. Para Bossuet, o poder civil, oficial, tinha o direito de lutar contra os elementos de discórdia, porém, que esta luta fosse tratada por meio da moderação e não da violência. Em suas cartas e nas *Instructions pastorales* de 1700, recomendou veementemente “[...] a moderação, a doçura, a evangélica persuasão, armas mais eficazes que a violência”.³⁰ Bossuet empreendeu uma dura crítica contra qualquer espécie de liberdade de pensamento, denominada por ele “libertinagem”. Se ele tomou tal atitude em pleno despertar do espinozismo é porque ele percebia que qualquer concessão doutrinal significaria uma ameaça à ortodoxia.³¹

Intelectual engajado na defesa da verdadeira fé, segundo a sua própria crença, Bossuet encarnou o espírito do paladino da Contra-Reforma, advertindo, na *Oraison funèbre de Henriette-Marie*, que, quando os reis violam as leis da religião, abrem uma brecha para que os súditos violem as leis do Estado. Ao violarem a autoridade da religião, os reis destroem a única força que pode conter os povos e atuar como o “freio necessário”. Agindo assim, eles tornam violável a sua própria autoridade. Os súditos engrossam as fileiras dos rebeldes e insubmissos, e com isso, reis e súditos sofrem o castigo celeste. Deus se retira do meio deles e os abandona à própria sorte, em meio a guerras civis desencadeadas por eles mesmos, como consequência da revolta que lhes toma o espírito:

[...] a majestade dos reis da Inglaterra teria se conservado mais inviolável, se, satisfeita dos seus direitos sagrados, não pretendesse chamar a si os direitos e a autoridade da Igreja. Nada, pois, conteve a violência dos espíritos fecundos em erros, e Deus para punir a irreligiosa inconstância desse povo, o abandonou na intemperança de

²⁸ Cf. CHARBONNEL, J.-Roger. (Org.). Bossuet et son temps. In: BOSSUET, Jacques-Bénigne. **Oraisons funèbres et sermons**. Paris: Classiques Larousse, 1942, p. 27.

²⁹ Cf. Ibid.

³⁰ Ibid.

³¹ Cf. Ibid., p. 28.

sua louca curiosidade, de sorte que a veemência de suas questões insensatas e a sua religião arbitrária tornaram-se as mais funestas de suas enfermidades. Não é para admirar que perderam o respeito da majestade e das leis, e se tornaram sediciosos, rebeldes e obstinados. Enfraquece-se a religião quando lhe tira a imutabilidade, e suprime-lhe a força que só é capaz de conter os povos. Eles têm no fundo do coração um não sei quê de inquieto, que se revolta desde que lhe tira o freio necessário...³²

Ao afirmar, ainda, que o protestantismo “igualava todos os homens” e “suprime a realza”, Bossuet está revelando que, para ele, é a religião católica que faz com que os seus fiéis aceitem que os reis sejam superiores a eles e que por isso lhes devam obediência. No entanto, para Bossuet, com a violação da religião católica, os fiéis passam a se julgar como iguais aos reis e a contestar o seu poder.

Levando-se em conta as próprias palavras de Bossuet, é possível perceber, então, qual é o elemento que, em seu entendimento, está presente na doutrina católica e se encontra ausente na doutrina protestante, e que fortalece o poder político? Como Bossuet tenciona demonstrar, a submissão é o aspecto do catolicismo que faz com que os seus fiéis se portem com tanta passividade e doçura diante dos acontecimentos, chegando a ponto de aceitarem as leis soberanas sem as contestar. A doutrina protestante banuiu este princípio elementar que garantia a dita salvação pública.

Bossuet escreveu a *Oraison funèbre de Henriette-Marie* num contexto turbulento, em que os monarcas absolutistas da Europa Ocidental assistiram, aterrorizados, à Revolução Inglesa de 1640 e a toda a seqüência de episódios que debilitaram a monarquia absolutista inglesa, que foi refundada em novas bases de sustentação política. Como esta Revolução foi liderada por puritanos, Bossuet percebia o perigo que o protestantismo representava às monarquias absolutistas. Nesse sentido, Bossuet empreendeu uma severa crítica a esta doutrina.

Os ataques de Bossuet aos calvinistas deveram-se ao fato destes terem adotado a teoria da resistência pela força às perseguições advindas do poder constituído. Os calvinistas afirmavam que a sua religião era a verdadeira, e que Deus consentia em que eles se rebelassem contra o poder constituído sempre que os perseguisse.³³ É claro que esta atitude dos calvinistas oferecia uma ameaça ao absolutismo, pois lhes assegurava o

³² BOSSUET, Jacques-Bénigne. *Oraison funèbre de Henriette-Marie de France, reine de la Grande-Bretagne*. In: _____. **Oraisons funèbres de Bossuet**. Paris: Librairie de Firmin Didot Frère, 1874, p. 51-52.

³³ Cf. SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 467-512.

direito de contestar as ordens do monarca. Desta forma, representava um perigo não somente para a Inglaterra, mas, sobretudo, para a França, e esta era a principal preocupação de Bossuet.

Até meados do século XVI, tanto Lutero quanto Calvino, defendiam a teoria da não-resistência ao poder constituído. Afirmavam, baseados em São Paulo, que todo o poder constituído vinha de Deus, e que contestar o poder do governante era incorrer em pecado. Lutero e Calvino defendiam, ainda, que os súditos deviam obediência passiva, mesmo quando se tratasse de um tirano. Apenas após 1550, diante dos ataques cada vez mais intensos que os protestantes passaram a sofrer por parte dos governantes católicos, é que alguns teóricos radicais, luteranos e calvinistas, começaram a conceber uma teoria oposta, ou seja, a teoria da resistência constitucional.³⁴ Conforme percebe Skinner, John Knox, John Ponet e Christopher Goodman, os mais revolucionários líderes de movimentos contra a monarquia na Escócia e na Inglaterra, reverteram “a mais fundamental de todas as teses do pensamento político reformador ortodoxo”. Estes líderes revolucionários protestantes “[...] não dizem mais aos fiéis que serão condenados à danação eterna se resistirem às autoridades constituídas, mas, pelo contrário, que serão condenados se não o fizerem...”³⁵

Tal teoria serviu para justificar a resistência dos protestantes diante da perseguição dos governantes católicos. Ela se encontrava bem elaborada e difundida no século XVII, no contexto da Revolução Inglesa. Afinal, de onde os puritanos ingleses buscaram o fundamento para resistir, usurpar o trono e até decapitar o rei Carlos I, em 1649? Conforme observa Christopher Hill, os homens não rejeitam o passado irrefletidamente, para isto, eles necessitam apoiar-se em um conjunto de idéias que lhes ofereça outra alternativa para os padrões aceitos convencionalmente. “O puritanismo é o mais óbvio desses corpos de idéias: era permitido desafiar o rei da Inglaterra quando se

³⁴ A respeito da concepção, desenvolvimento e prática da teoria da resistência constitucional, ver a discussão de Quentin Skinner. (SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 465-616.) De acordo com Skinner, “[...] há indícios seguros de que Calvino teria começado a modificar sua doutrina da obediência passiva em fins da década de 1550, passando a demonstrar maior inclinação para aceitar a teoria da resistência constitucional – Dizia Calvino que – se o supremo magistrado ‘falhar em seu cargo’ e se, como parte da ‘dádiva a nós concedida por Deus’, nos foram concedidos esses magistrados inferiores, esses ‘têm condições de reprimir o príncipe em seu cargo, e até mesmo de coagi-lo’ pela defesa do bem e do governo piedoso”. Ibid., p. 489.

³⁵ Ibid., p. 512.

estava obedecendo às ordens do Rei dos reis”.³⁶ Para C. Hill, “[...] a Bíblia de Genebra, com suas notas marginais extremamente politizadas, esteve bem perto de se converter [...] num manual revolucionário”.³⁷ Não é difícil imaginar o que o ato da decapitação de Carlos I representou naquela época, não somente para os ingleses, mas para todas as nações governadas por monarcas absolutistas: um rude golpe no poder efetivo dos príncipes, além de um recuo das dimensões simbólicas do absolutismo.

A questão protestante sempre incomodou Bossuet. Dezenove anos após ter escrito e pronunciado a *Oraison funèbre de Henriette-Marie*, eclodiu a segunda Revolução Inglesa de 1688-1689 – que na verdade foi um desfecho da Revolução de 1640 – a qual representou “[...] o triunfo da monarquia *contratual* e do parlamentarismo sobre o direito divino e o absolutismo. E, ainda mais, o do protestantismo perseguido e ameaçado sobre o catolicismo perseguidor”.³⁸ Os indignados e rancorosos protestantes franceses, refugiados fora da França, desde a revogação do Edito de Nantes, em 1685, difundiam, por todos os lugares onde tinham influência, o elogio à regeneração da Inglaterra e ao mesmo tempo justificavam o ato de 1688-1689, dizendo que “[...] a revolta dos ingleses contra seu rei papista não era menos legítima do que a dos protestantes franceses contra o tirano Luís XIV”.³⁹

Após a Revogação do Edito de Nantes, de 1686 a 1689 o pastor Pierre Jurieu, refugiado na Holanda, deu um depoimento ameaçador aos olhos da ortodoxia. Ele publicou suas *Lettres pastorales adressés aux fidèles de France que gémissent sous la captivité de Babylone*. No ano de 1689, particularmente, publicou “[...] as cartas que sustentam a legitimidade do direito de resistência ativa”.⁴⁰ O grande objetivo de Jurieu era ao mesmo tempo exaltar o ato dos protestantes ingleses e, por outro, condenar com severas críticas o absolutismo de Luís XIV.⁴¹ Jurieu defendia a teoria do contrato que limita o poder real e deposita a soberania no povo. Para Jurieu, se o monarca violasse as cláusulas do contrato, o povo tinha o direito de lhe resistir. Lembremos que esta idéia tinha sido defendida pelos monarcômacos do século XVI contra Henrique IV, porém estava sendo adaptada ao tempo do autor. Recordemos ainda que o povo, para Jurieu,

³⁶ HILL, Christopher. Introdução. In: _____. **As origens intelectuais da Revolução Inglesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 13.

³⁷ Ibid., p. 8.

³⁸ CHEVALLIER, Jean J. **Pensamento político**. O declínio do Estado-Nação monárquico. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1983, p. 13. Livro IV. Tomo 2.

³⁹ Ibid., p. 13.

⁴⁰ Ibid., p. 14.

⁴¹ Cf. Ibid.

não significava a multidão, mas os grandes que os representavam: os Estados, os Parlamentos, as cidades. O mais grave era que em suas cartas de 1689 Jurieu enfatizava que, o importante não era saber se a Inglaterra teve ou não razão, pois “[...] a necessidade absoluta que encontrava a Inglaterra de preservar o protestantismo bastava para justificar a expulsão do seu rei”.⁴² Bossuet que sempre fora um grande defensor da ortodoxia, frente à ameaça desta pela heterodoxia, mostrou-se logo um “Bossuet anti-Jurieu”.⁴³ Compreende-se então a sua amarga lamentação quando, em dezembro de 1688 disse: “não faço outra coisa se não prantear o infortúnio da Inglaterra”.⁴⁴ Em 1690 Bossuet censurou as idéias de Jurieu em seu *Cinquième avertissement aux protestants*.⁴⁵

Bossuet foi um dos mais convictos defensores da autoridade soberana. A não ser em casos puramente teóricos, nenhuma revolta era legítima aos olhos de Bossuet. Esta idéia foi muito bem defendida em sua controvérsia com Jurieu, em 1690.⁴⁶ Em sua concepção, a autoridade real possui quatro características: ela é sagrada, os reis são os representantes de Deus na Terra; paternal, semelhante às teses defendidas por Filmer, na Inglaterra; absoluta, sem que isto signifique poder arbitrário; e submissa à razão, jamais o príncipe deve agir de acordo com seus caprichos, paixões, mas sim com a razão.⁴⁷

Assim como os juristas galicanos, Bossuet defendeu a independência do soberano perante as pretensões do papado. Este é um problema que existia anteriormente ao século XVI. Aliás, como percebe Le Brun, “[...] os problemas da obediência, do tiranicídio, dos limites do poder, continuam para Bossuet particularmente atuais”.⁴⁸ Isto é bem perceptível nas posições por ele tomadas perante as querelas galicanas.⁴⁹ Bossuet era um galicano “[...]por tradição de família, por instinto, por formação doutrinária”.⁵⁰ Ele tinha a mesma concepção de Luís XIV a

⁴² CHEVALLIER, Jean J. **Pensamento político**. O declínio do Estado-Nação monárquico. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1983, p. 15. Livro IV. Tomo 2.

⁴³ Ibid.

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ Cf. Ibid., p. 14.

⁴⁶ Cf. LE BRUN, Jacques. Introduction. In: BOSSUET, Jacques-Bénigne. **Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte**. Genève: Librairie Droz, 1967, p. XXVIII.

⁴⁷ Cf. TOUCHARD, Jean. **História das idéias políticas**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970, p. 132-133. v. 3.

⁴⁸ LE BRUN, 1967, op. cit., p. XXVIII.

⁴⁹ Cf. Ibid.

⁵⁰ TOUCHARD, Jean. **História das idéias políticas**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970, p. 133. v. 3.

respeito do galicanismo. No entanto, “Bossuet era um galicano muito moderado”.⁵¹ Na Assembléia de 1682, os quatro artigos que redigiu foram “[...] os mais romanos que se é possível em uma assembléia anti-romana”.⁵² Nestes artigos, Bossuet “negou as pretensões do papa sobre o poder temporal”.⁵³ Para ele, os reis não deviam se submeter ao poder eclesiástico. Ele afirmou também que o papa não podia dispensar os súditos da submissão e da obediência e fidelidade para com o seu rei. O cumprimento da doutrina era necessário, haja vista que a tranqüilidade pública decorrente de seu cumprimento gerava vantagem não somente para o Estado, mas também para a Igreja.⁵⁴

A teoria da submissão formulada por Bossuet pode não ter sido original, porém foi bem coerente. Assim como Hobbes, para Bossuet “[...] a última palavra da política consiste na submissão ao poder...”.⁵⁵ É bom lembrar que esses dois grandes defensores do absolutismo chegaram a essa conclusão comum por caminhos diferentes: “[...] individualismo laico e utilitarismo em Hobbes; respeito pela tradição e entrega à Providência em Bossuet”.⁵⁶ Desta forma, aqueles que defenderam que o pensamento de Bossuet foi influenciado por Hobbes cometeram um grande exagero, pois “[...] o absolutismo de Hobbes e de Bossuet são de essência profundamente diversa”.⁵⁷ Para Bossuet, as confusões são permitidas pela Providência divina. A autoridade absoluta dos reis como também a obediência que os súditos lhes devem são fundadas pela Providência.⁵⁸

A doutrina de Bossuet bania todo e qualquer tipo de insurreição.⁵⁹ Isto se torna compreensível se levarmos em conta que o século XVII foi marcado por diversas insurreições. Um dos motivos das revoltas foi o aumento da taxa tributária. No início do século, na menoridade de Luís XIII, em que a França era governada por Richelieu, este, na defesa da independência da França, diante da tentativa de hegemonia dos Habsburgos, em busca de recursos para manter as guerras, recorria ao aumento dos impostos, num momento de crise econômica e de fome, gerada pelas más colheitas. Isto

⁵¹ TOUCHARD, Jean. **História das idéias políticas**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970, p. 133. v. 3.

⁵² Ibid.

⁵³ Ibid.

⁵⁴ Cf. Ibid.

⁵⁵ Ibid.

⁵⁶ Ibid.

⁵⁷ Ibid.

⁵⁸ Cf. LE BRUN, Jacques. Introduction. In: BOSSUET, Jacques-Bénigne. **Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte**. Genève: Librairie Droz, 1967, p. 8.

⁵⁹ Cf. TRUCHET, Jacques. (Org.). **Politique de Bossuet**. Paris: Armand Colin, 1966, p. 272.

fazia com que ocorressem inúmeras insurreições. Contava-se entre os insurretos, camponeses, trabalhadores das cidades, burgueses e nobres. O fato é que o aumento dos impostos afetava a todos.⁶⁰

Havia ocasiões em que todos os opositores do rei uniam-se para lutar contra ele e seus fiéis servidores. Após más colheitas, guerras, opressão gerada pela carga tributária, das intrigas feitas pelos estrangeiros junto aos príncipes de sangue – estes se juntavam aos estrangeiros e lutavam contra o seu próprio rei –, e na menoridade dos reis, havia uma alteração no espírito nacional. Nestes momentos os reis ficavam muito frágeis e somente conseguiam resistir às revoltas devido a alguns devotados e fiéis militares que conservavam algumas tropas.⁶¹

Os Grandes, parentes do rei e os príncipes de sangue, lutavam por poder político, entrando em choque com a monarquia absolutista.⁶² Na maioria das vezes, os senhores incitavam os camponeses contra os coletores de impostos. Isto porque existia entre senhores e camponeses um laço de fidelidade que os unia. Desta forma, muitas vezes os camponeses apenas seguiram os seus senhores. Foi o que ocorreu na Fronda, 1648-1653 – período da menoridade de Luís XIV, quando a França era governada por Mazarino – em que camponeses engrossaram as fileiras de seus senhores contra o exército real.⁶³ Segundo Henri Sée, por um instante, os progressos da doutrina do absolutismo foram interrompidos pela Fronda, “[...] os panfletários elevam-se contra a Razão de Estado, pronunciam-se pelos direitos dos Estados Gerais e dos Parlamentos. Claude Joly invoca as leis fundamentais, coloca-se em defesa da liberdade individual”.⁶⁴

⁶⁰ Cf. ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 95-98; 102-103; MOUSNIER, Roland. **Os séculos XVI e XVII**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973, p. 189-194; CORVISIER, André. **História moderna**. São Paulo / Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 130-131; 190-195; 208.

⁶¹ Na menoridade de Luís XIV, assim como na de Luís XIII, a população agia como se, com a morte do rei, não devesse nenhuma obrigação e respeito para com o rei infante que o sucedera no trono. Era como que, com este fato, fossem rompidos os laços políticos entre eles. Na compreensão do povo, neste momento, deixava de existir o Estado e a lei. Cf. ANDERSON, 1989, op. cit., p. 95-96; CORVISIER, 1976, op. cit., p. 190-196; 211; MOUSNIER, 1973, op. cit., p. 194-195.

⁶² Ver CORVISIER, 1976, op. cit., p. 192; MOUSNIER, 1973, op. cit., p. 190.

⁶³ Como afirma Perry Anderson, “[...] em certos aspectos, a Fronda pode ser considerada como uma alta ‘crista’ da onda prolongada de revoltas populares, na qual, por um breve espaço de tempo, setores da alta nobreza, da magistratura detentora de cargos e da burguesia municipal lançaram mão do descontentamento das massas para seus próprios fins, contra o Estado Absolutista”. ANDERSON, 1989, op. cit., p. 97-98. Quanto a este ponto ver a convergência de opiniões de CORVISIER, 1976, op. cit., p. 196-197; MOUSNIER, 1973, op. cit., p. 192-194.

⁶⁴ SÉE, Henri. **Idées politiques en France au XVII siècle**. Paris: Marcel Giard Libraire-Éditeur, 1923, p. 358.

O fortalecimento do Estado absolutista se deu concomitante a perda de direitos e autonomia local da aristocracia. Essa classe descontente lutou muito contra o Estado. A aristocracia aproveitava-se do descontentamento de outras classes, como a burguesia e as massas citadinas e camponesas, para impedir que o Estado absolutista se consolidasse. Mas, como o Estado operava segundo os seus interesses, o conflito entre ambos não foi absoluto tal como o poder do Estado também não o era. Pelo fato de não ser toda a aristocracia, e sim parte dela, a rebelar-se, o Estado pôde sobrepor-se a essas insurreições, esmagando-as, e, conseqüentemente, reforçando o absolutismo.⁶⁵

Após a promulgação do Edito de Nantes, em 1598, os protestantes, extrapolando os direitos concedidos a eles por este Edito, organizaram-se de uma tal forma chegando a formar um Estado protestante dentro do Estado católico. Nos períodos em que Luís XIV precisava de paz interna, em decorrência de estar em guerra com estrangeiros, os protestantes se uniam aos movimentos dos Grandes sublevados contra ele.⁶⁶

Portanto, a função do príncipe como o mantenedor da paz, defendida desde o século XII por São Luís, e reforçada na segunda metade do século XVII por Bossuet, tinha como objetivo primordial a conservação do poder. Manter a paz no reino era considerado como um dos sinais de soberania do monarca, uma forma de manter o poder centralizado em sua pessoa. Era por meio desta prerrogativa que ele podia combater todos aqueles que oferecessem ameaça à estabilidade e segurança do reino, como as revoltas das massas, e as guerras da nobreza, no plano interno, como também ameaças exteriores. Isto porque somente o monarca tinha o direito de fazer a guerra para proteger o reino e seus súditos, e com isso promover a paz. Como lembra Jean Barbey, em meados do século XII, São Luís fez o juramento, em sua sagração, de manter a paz, e então criou o delito de porte de armas, reprimiu as guerras privadas no reino, para que todas os recursos nacionais se reunissem em torno de sua pessoa.⁶⁷

⁶⁵ Cf. ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 50-53.

⁶⁶ Consulte CORVISIER, André. **História moderna**. São Paulo - Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 191; MOUSNIER, Roland. **Os séculos XVI e XVII**. São Paulo: Difel, 1973, p. 194.

⁶⁷ Cf. BARBEY, Jean. **Être roi**. Son gouvernement en France de Clovis a Louis XVI. Paris: Fayard, 1992, p. 170-171. Nas palavras desse autor, “[...] essas guerras privadas são pouco a pouco interditas pela realza em nome da paz interna, mas também com o objetivo de proclamar a exclusividade do direito de guerra detido pelo rei [...] este dispõe desse direito de guerra para a defesa do reino [...] na segunda metade do século XV, somente o rei tem o direito de levantar tropas, contingentes feudais ou mercenários, de decretar o último ban ou levante em massa dos homens disponíveis, direito tornado exclusivo com o fim das guerras privadas: na ordenança de 1439 o rei

A doutrina de Bossuet formou-se a partir de confrontos com problemas concretos. Na verdade constituiu-se em respostas aos fatos reais que surgiram diante dele. Desde a sua infância e adolescência sua família sempre mostrou fidelidade absoluta ao rei, e sempre se colocou ao seu serviço. A desordem e a miséria que assolavam a França, causadas pelas perturbações da Fronda, ficaram gravadas na memória de um jovem destinado a defender vigorosamente a soberania indivisível na pessoa do rei. Na *Politique* ele lembra sempre que esta autoridade deve ser mais reforçada ainda nos períodos de regência, pois na menoridade dos reis, os grandes do reino, se valendo de sua fraqueza, tentam tomar-lhe o poder.

Como um perspicaz teórico político, Bossuet percebeu que a religião católica era o sustentáculo do poder real; o elemento que tornava os súditos submissos às leis da Igreja, assim como às leis do Estado. A religião levava os súditos a aceitarem o rei como o enviado de Deus para governá-los. Rebelar-se contra ele seria o mesmo que se rebelar contra a Providência. Sob a influência dos autores profanos, em sua *Instrução a Luís XIV*, Bossuet lembra que o rei que ama a Deus “[...] protege em tudo a religião; e protegendo-a reconhece que é a religião que o protege, dado que é o mais poderoso motivo de submissão dos povos ao príncipe”.⁶⁸ Assim sendo, para Bossuet, a religião católica faz conter os povos, sendo o melhor e mais eficiente instrumento que os reis possuem para se fazer obedecer. Então, a religião católica leva os seus adeptos a aceitarem que têm que se submeter à autoridade real porque é esta a vontade de Deus, e que isto é natural.

reorganiza o exército real. Charles VII interdita ‘todo aquele que, sob pena de incorrer em crime de lesa-majestade, levantar campanhas de gentes de armas, se não tiver licença ou consentimento do rei’”. BARBEY, Jean. *Être roi. Son gouvernement en France de Clovis a Louis XVI*. Paris: Fayard, 1992, p. 171.

⁶⁸ BOSSUET, Jacques-Bénigne. *Instrução a Luís XIV*. In: _____. **LUÍS XIV**. A arte de governar. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976, p. 119.